

ENTREVISTA/Renato Casagrande

'Sou vice, mas não sou o governador'

ANDRÉ HEES



O vice-governador Renato Casagrande, candidato do PSB ao Governo do Estado, apresenta-se como "representante do novo na política capixaba", uma liderança que promete transparência na administração pública, com liberação do acesso às informações do sistema financeiro estadual. Nascido em Castelo, no Sul do Estado, tem 37 anos, é casado e tem dois filhos. Já foi deputado estadual, de 1991 a 1994, quando elegeu-se vice com Vitor Buaiz (PV). Foi secretário da Agricultura nos últimos três anos. O vice-governador destaca, entretanto, que não representa a continuidade do Governo Vitor: "Sou vice-governador, não o governador. O que vou ser a partir de janeiro é governador. Vamos implementar a minha linha pessoal, junto com o nosso programa de governo, estabelecido por uma frente nova".

Casagrande é formado em Engenharia Florestal e Direito. Disputa o Governo pela coligação Unidade pela Democracia Popular no Espírito Santo, com seis partidos (PSB, PMN, PT, PSN, PTN e PCdoB). Entre as suas propostas, o incentivo ao setor produtivo do Estado, principalmente nas áreas de confecção, mármore e granito, agricultura e construção civil.

A GAZETA - Qual seria o primeiro ato do senhor como governador?

RENATO CASAGRANDE - Se o atual Governo não conseguir acertar o salário dos servidores, a primeira preocupação é colocar o pagamento dos servidores em dia para que a gente possa motivá-lo e envolvê-lo no projeto político do Governo. As outras questões são a implantação do nosso programa. Nós, hoje, representamos o novo na política. Representamos uma relação mais forte com a sociedade e um trabalho mais intenso na área social. Possibilitaremos às entidades organizadas da sociedade, por exemplo, acesso a todas as informações do Estado, através de uma senha ao Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios (Sisfam).

- Considerando que vamos equilibrar as finanças no início do Governo, vamos primeiro equipar a Polícia Militar e a Civil com mais viaturas e equipar a polícia investigativa, a polícia técnica, para combater o maior problema que é o crime organizado, a cúpula do tráfico de droga que atua na administração pública.

- O crime organizado atua na administração pública?

- Tem indícios: delitos cometidos contra lideranças do Estado. Há indícios da participação da administração pública.

- O senhor acha que há administradores públicos envolvidos, por exemplo, na morte do deputado Antário Filho?



recurso, gerenciamento?

- A culpa é do Governo Fede-

ma, gera pequenos empregos. Quando você investe na agricul-

fundar o apoio à assistência técnica e orientação aos produtores

mimos numa época de estabilidade econômica, que exigiu adequação - e exige ainda - a esta realidade. Houve ações do Governo passado com repercussão neste Governo.

- Não houve um aumento aí de 25% na folha de pagamento?

- Este aumento sem dúvida atrapalhou. Mesmo que tenha sido obrigatório, poderia ter sido negociado. De fato, contribuiu para isso. Mas há ainda a questão da reforma tributária. Existe uma preocupação com a política nacional porque o Governo Federal desenvolveu ações que retiraram recursos do Estado, como a Lei Kandir, que são R\$ 20 milhões por mês, além da prorrogação do FEF. Isso tirou recursos dos municípios e faltaram recursos para o Estado. Com a reforma tributária, pode haver mais concentração ainda no Governo Federal. Temos que estar vigilantes com a nossa articulação em nível nacional para a gente não perder nossa autonomia, nossa independência.

- O senhor está numa frente que tem Lula e Brizola como candidatos à Presidência e vice. Se FHC ganhar, como fica a relação com o Governo Federal?

- Primeiro, eu espero que o Lula ganhe. Mas se acontecer alguma situação que fuja a essa nossa vontade, será uma relação institucional com o Governo. Não é uma relação de agressão pessoal, de agressão política. O governante tem que estar na posição de colocar o Estado como independente, soberano, autônomo. Este será meu comportamento. Minha vida sempre mostrou isso. Sabemos conviver com situações políticas diferenciadas, mantendo a independên-

cidade, por exemplo, acesso a todas as informações do Estado, através de uma senha ao Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios (Siafem), para termos transparência.

- O fato de o senhor ser vice-governador não põe a sua candidatura na condição da candidatura da continuidade, e não da novidade?

- Este Governo teve seus problemas, suas dificuldades, mas sou vice-governador e não governador. O que serei a partir de janeiro é governador. Vamos implementar a minha linha pessoal, junto com o nosso programa de Governo, estabelecido por uma frente nova. Não é a continuidade do projeto, é de algumas ações importantes, e a implantação de nosso programa.

- A que o senhor daria continuidade?

- Acho importante intensificar o plano de se financiar a economia informal e os pequenos projetos. Vamos intensificar isso, que foi iniciado neste Governo, no Bandes.

- O senhor abriria a senha para dar acesso ao Siafem?

- Sim, para dar transparência total em relação à situação financeira. O que diferencia mais a minha candidatura? Eu represento essa novidade na política, a inovação. Represento a credibilidade de que o recurso público vai ser utilizado adequadamente.

Minha vida de deputado estadual, de secretário da Agricultura, de vice-governador, permite assumir esse compromisso porque já é a minha história. Vamos desenvolver mecanismos de controle da sociedade sobre a administração pública. É essa a administração socialista que queremos fazer. Queremos também dar assessoria, apoio às entidades organizadas, para que elas possam desempenhar sua função com mais capacidade.

- Quanto à segurança pública, como o senhor pretende reduzir a criminalidade?

- O senhor acha que há administradores públicos envolvidos, por exemplo, na morte do deputado Antário Filho?

- Os indícios são esses. Não podemos dizer porque não chegaram a esse resultado. E temos certeza da atuação do crime organizado no tráfico de drogas. E há indícios de que há na administração pública. Temos que estar vigilantes a isso e a polícia tem que estar muito bem preparada.

- Administração estadual, municipal?

- Não sabemos ainda. Quando há envolvimento de lideranças políticas ou atos cometidos contra lideranças políticas a primeira impressão que passa é essa. As investigações ainda não chegaram à fase final. Têm que ser aprofundadas.

- Com relação à educação, qual a proposta do senhor?

- Primeiro, a capacitação dos professores. Isso é fundamental. Valorizar não só quanto à situação salarial, mas quanto à sua formação, para ele ter condição de estar cada vez mais educando. Com relação à evasão escolar, vamos adotar uma proposta

'VAMOS DESENVOLVER MECANISMOS DE CONTROLE DA SOCIEDADE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. QUEREMOS TAMBÉM DAR ASSESSORIA ÀS ENTIDADES ORGANIZADAS'

inovadora no Estado, já desenvolvida no Distrito Federal. Vamos implantar a bolsa-escola. É um incentivo que vamos dar às famílias carentes, selecionadas pelas equipes técnicas do Governo, que tiverem seus filhos de 7 a 14 anos na escola, e não faltando às aulas. Essa família terá um incentivo financeiro do Governo. O gasto é pequeno e podemos desenvolver isso. Mas temos que continuar a investir na abertura de novas vagas.

- Saúde. Há problemas como fila nos hospitais, UTIs lotadas. O que falta? Médico,

recurso, gerenciamento?

- A culpa é do Governo Federal, que criou a CPMF que apura R\$ 7 bi mas não fez com que houvesse investimentos maiores na saúde. É questão de falta de prioridade do Governo Federal. Outro problema é a questão do gerenciamento. É fundamental que o sistema seja bem gerenciado. Terceiro, temos que ter envolvimento dos municípios, no atendimento básico, no ambulatório. O Estado tem que estabelecer permanentemente um convênio com algumas entidades filantrópicas onde não exista hospital público. Na Região Sul do Estado não existe um hospital público de porte médio ou de pequeno porte. Temos também que fazer trabalhos de prevenção. Campanhas educativas, com entidades comunitárias.

- A prevenção depende muito também de saneamento. Além do Prodespol, o senhor tem algum outro projeto para saneamento básico?

- O Prodespol é muito importante para o Estado. E o Governo tem que continuar a investir em saneamento, com recursos próprios e da Cesan.

- Esses projetos todos dependem de recursos financeiros. Como o senhor pretende aumentar a arrecadação sem a fórmula básica de aumentar impostos?

- Não podemos, no Estado, aumentar impostos porque já temos dificuldades em setores da economia, de forte competitividade com outros setores, porque há taxas cobradas superiores a outros estados. Temos que cada vez mais aumentar a base de arrecadação tributária, fazendo trabalho de fiscalização e investindo na máquina arrecadadora e fazendo o trabalho que este Governo já está fazendo, de controlar as despesas. Outra coisa que vai dar retorno: o modelo de investimento econômico que estamos estabelecendo em nível de Estado, nas áreas potenciais: a agricultura, o turismo, a verticalização das empresas. Vamos dar incentivos, como no caso da CST, na questão dos laminadores de tiras a quente. Temos várias empresas no Estado que só exportavam semi-elaborados. E essa exportação não gera ICMS. Como é um beneficiamento muito pequeno da matéria-pri-

ma, gera pequenos empregos. Quando você investe na agricultura e em setores como mármore e granito, construção civil, hotéis, confecções, você acaba fazendo com que a atividade econômica se intensifique e daí você gera impostos.

- Que setores mereceriam mais atenção do senhor?

- Primeiro o Estado tem que se desenvolver por inteiro. O interior precisa se desenvolver -

65% da população vive na Grande Vitória ou no litoral. O interior está esvaziado. A agricultura é fundamental para desenvolver o interior e desinchar os bairros populares da Grande Vitória. Temos de investir na agricultura e vincular as indústrias através da atividade agrícola. O turismo é fundamental para nós, gera recursos e empregos. A questão do mármore e granito, dos pólos de confecção e da indústria hoteleira: são áreas em que colocaremos o Bandes, o Banestes, as equipes técnicas para que a gente possa apoiar, fomentar e ter recursos para financiar essas atividades. Precisamos também de uma política industrial no Estado, de médio e longo prazo, para ter a implantação de indústrias em torno dos grandes projetos, como a CST, que possa estar gerando impostos, emprego e renda. Outra questão importante: 27 municípios da Região Norte estão incluídos na Sudene. É importante isso para nós mas temos que estabelecer para a Região Sul e Serrana mecanismos de desenvolvimento que possibilitem ao setor produtivo e à agricultura estar também crescendo e se desenvolvendo. Nosso programa de governo prevê isso.

- O senhor tem propostas para punir os crimes ambientais ou aumentar a fiscalização?

- Temos uma legislação exigente com relação à questão ambiental. Com relação à área agrícola, o que vamos fazer é apro-

fundar o apoio à assistência técnica e orientação aos produtores rurais. A Emater, a Emcapa e o Idaf terão níveis de investimentos superiores aos que tiveram até agora. Vamos aplicar, no mínimo 3% no setor agrícola. Historicamente, tem sido aplicado 1,5%. Vamos dobrar esse índice no primeiro ano e até o final do mandato chegar a 5% para que a gente possa ter desenvolvimento da atividade agrícola e para proteger nossos recursos naturais.

'VAMOS ADOTAR UMA PROPOSTA INOVADORA JÁ DESENVOLVIDA NO DF, A BOLSA-ESCOLA. É UM INCENTIVO ÀS FAMÍLIAS CARENTES QUE TIVEREM SEUS FILHOS DE 7 A 14 ANOS NA ESCOLA'

- O Governo enfrentou dificuldades ao longo da administração para pagar o funcionalismo. Como evitar que toda a arrecadação seja gasta com a folha?

- Este Governo cometeu seus equívocos, seus erros, mas ele assumiu um Governo com a máquina totalmente desequilibrada. O governador Vitor Buaiz (PV) está pagando o ônus por ter assumido o Governo daquela forma e, com certeza, vai entregar o Governo em melhores condições do que assumiu. O próximo governador vai ter que continuar a fazer a contenção das despesas e atrair investimento para aumentar a arrecadação e ter uma situação tranquila.

- O Governo anterior deixou a folha na faixa de R\$ 60 milhões e agora ela é superior a R\$ 90 milhões...

- O Governo anterior criou um sistema de crescimento vegetativo da folha, que faz com que ela cresça sem que você dê um aumento, e deixou aumentos do Governo passado para este. Teve uma ação de desequilíbrio financeiro, da máquina toda, quando se começou a atrasar o custeio do Governo passado, o pagamento dos salários, e assu-

mento. Minha vida sempre mostrou isso. Sabemos conviver com situações políticas diferenciadas, mantendo a independência e a soberania. O que queremos é que o Estado tenha investimentos necessários. Mesmo que Lula ganhe, se não der ao Estado o tratamento que ele merece, nós estaremos brigando para que isso possa ser feito.

- A atual administração foi discriminada pelo Governo Federal?

- Foi. O Governo FHC discriminou o Estado e alguns exemplos são importantes. Agora, não foi discriminado pelo fato de o Governo ter sido do PT. Foi uma decisão política do Governo Federal de não reconhecer a importância do Espírito Santo. São Paulo e Rio só conseguiram se equilibrar porque fizeram algumas privatizações e são governos do PSDB, que tiveram dificuldades como teve o Espírito Santo. Foi a concentração de poder do Governo Federal em suas mãos que fez com que o Governo estadual não chegasse ao equilíbrio financeiro. Agora, veja a discriminação com relação aos investimentos: a duplicação da BR 101. É só do Rio de Janeiro para baixo.

- Isso já foi alterado, não?

- Não foi, não. Temos mais exemplos. O sistema portuário: nenhum investimento com recursos do Tesouro Nacional no Espírito Santo. O sistema portuário mais eficiente deste país e nenhum investimento. E o mercado aqui numa abertura para o mundo... Este é o futuro do Espírito Santo: comércio exterior. Nós contribuimos com mais de R\$ 7 bilhões por ano com impostos federais para a União e para o nosso sistema portuário, nenhum investimento. Essas questões têm que ser debatidas na campanha. O Espírito Santo tem que ter os investimentos que ele merece. Precisamos também lutar pelo gasoduto Vitória-Campos, as ferrovias litorâneas Sul e Norte, a termelétrica. O importante é que estaremos priorizando o setor produtivo instalado no Espírito Santo. Queremos ter competitividade com outros estados. Estaremos apoiando as áreas potenciais. Turismo, indústria de mármore e granito, construção civil, agricultura, essas áreas. As prioridades de nossos investimentos, financiamentos e de apoio técnico serão parâ essas áreas.